

O ACESSO LIMITADO AOS SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS NO SUS

LIMITED ACCESS TO DENTAL SERVICES IN THE BRAZILIAN UNIFIED HEALTH SYSTEM (SUS)

Erivaldo Lucas Nascimento Oliveira¹
Francisco Aragão Andrade Caracas Neto²
Isaac Santana Gilla³
Luca Roland Waldmann⁴
Milkson Almeida Santos Filho⁵

RESUMO: Este estudo apresenta uma revisão narrativa de literatura sobre o acesso aos serviços odontológicos no Sistema Único de Saúde entre 2015 e 2024. A análise das publicações evidencia que, apesar dos avanços promovidos pela Política Nacional de Saúde Bucal, persistem barreiras relacionadas às desigualdades regionais, às condições socioeconômicas, às limitações de infraestrutura e ao financiamento insuficiente. Os impactos da pandemia de COVID-19 agravaram essas restrições ao reduzir a oferta de atendimentos e ampliar a demanda reprimida. Conclui-se que o fortalecimento do acesso exige investimentos contínuos, qualificação da Atenção Primária e integração entre os níveis de atenção para promover um cuidado equitativo e resolutivo.

3917

Palavras-chave: Saúde bucal. Acesso. Desigualdades.

ABSTRACT: This study presents a narrative literature review on access to dental services within the Brazilian Unified Health System between 2015 and 2024. The analysis shows that, despite advances promoted by the National Oral Health Policy, significant barriers remain, including regional inequalities, socioeconomic disparities, infrastructure limitations, and insufficient funding. The COVID-19 pandemic further intensified these challenges by reducing service availability and increasing unmet demand. The findings indicate that improving access requires sustained investment, strengthening of Primary Health Care, and effective integration across levels of care to ensure equitable and comprehensive oral health services.

Keywords: Oral health. Access. Inequalities.

¹ Graduando em Odontologia pela Faculdade de Ilhéus.

² Graduando em Odontologia pela Faculdade de Ilhéus.

³ Graduando em Odontologia pela Faculdade de Ilhéus.

⁴ Graduando em Odontologia pela Faculdade de Ilhéus.

⁵ Graduando em Odontologia pela Faculdade de Ilhéus.

INTRODUÇÃO

A saúde bucal constitui um componente fundamental da saúde geral e da qualidade de vida, tanto pelo impacto na nutrição e no bem-estar quanto pela sua relação com doenças sistêmicas. No Brasil, a Política Nacional de Saúde Bucal, conhecida como Brasil Sorridente, foi instituída em 2004 com o propósito de ampliar o acesso aos serviços odontológicos no Sistema Único de Saúde (SUS), integrando ações de promoção, prevenção e reabilitação (Brasil, 2004). Essa política fundamenta-se nos princípios de universalidade, integralidade e equidade, buscando reorganizar a atenção em saúde bucal por meio da expansão das Equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família e da criação dos Centros de Especialidades Odontológicas (Pimentel et al., 2019).

Levantamentos epidemiológicos, especialmente a Pesquisa Nacional de Saúde Bucal (SB Brasil), documentam avanços importantes nas condições de saúde bucal da população brasileira, embora persistam desigualdades regionais, socioeconômicas e etárias no acesso aos serviços (Antunes et al., 2020). Estudos recentes indicam que, apesar da redução de desigualdades absolutas no uso de serviços odontológicos após a implementação da política, desigualdades relativas, sobretudo entre grupos com diferentes níveis de renda, ainda permanecem significativas (Peres et al., 2021). Análises derivadas da Pesquisa Nacional de Saúde também demonstram que, entre 2013 e 2019, houve melhora geral na utilização de serviços preventivos, porém com manutenção de disparidades expressivas entre estratos sociais (Rodrigues et al., 2023).

3918

Além dessas desigualdades estruturais, eventos recentes, como a pandemia de COVID-19, impactaram a oferta e a continuidade dos atendimentos odontológicos, agravando barreiras pré-existentes (Chisini et al., 2021). Mudanças no financiamento e na organização da Rede de Atenção à Saúde Bucal influenciaram o desempenho dos serviços, revelando avanços, mas também desafios importantes para assegurar sustentabilidade e equidade (Pucca et al., 2020).

Diante desse cenário, o presente artigo sintetiza as evidências mais recentes, referentes ao período de 2010 a 2024, sobre as principais barreiras ao acesso a serviços de saúde bucal no SUS e discute recomendações para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à redução dessas desigualdades.

REVISÃO DE LITERATURA AVANÇOS E LIMITES DO BRASIL SORRIDENTE

A ampliação das equipes de saúde bucal na Atenção Primária constituiu um dos eixos centrais da Política Nacional de Saúde Bucal, contribuindo para o aumento do acesso em

diversas regiões do país. Noronha e Lima (2020) destacam que a expansão inicial do programa impulsionou a oferta de procedimentos preventivos e restauradores, refletindo-se na maior utilização de serviços pela população, especialmente em municípios de médio porte. Esse movimento coincide com a consolidação da Estratégia Saúde da Família como principal porta de entrada do sistema, fortalecendo a integração das ações de saúde bucal no cuidado longitudinal.

Apesar desse avanço, a literatura evidencia a persistência de desigualdades estruturais. Chaves et al. (2018) demonstram que a distribuição das equipes e dos serviços especializados permanece concentrada nas regiões Sul e Sudeste, enquanto regiões historicamente vulneráveis, como Norte e Nordeste, ainda apresentam menor cobertura e maior dependência de serviços privados ou informais. Essa assimetria compromete a efetivação da política em seu princípio de equidade, produzindo padrões diferenciados de acesso e de oferta assistencial.

O Ministério da Saúde (2023) reconhece que, embora a cobertura das Equipes de Saúde da Família tenha se expandido ao longo da última década, a cobertura populacional das equipes de saúde bucal ainda se mantém numericamente inferior. Essa discrepância resulta em limitações diretas na capacidade de atendimento do SUS, dificultando o acesso universal e contínuo, especialmente para populações rurais, ribeirinhas e periféricas. Além disso, estudos apontam que a insuficiência de financiamento federal compromete a sustentabilidade da política e agrava desigualdades regionais (Pucca et al., 2020).

3919

DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E TERRITORIAIS

Diversas pesquisas confirmam que renda, escolaridade e território são determinantes centrais do acesso aos cuidados odontológicos no país. Roncalli et al. (2022), ao analisarem inquéritos nacionais, identificam que indivíduos residentes nas regiões Norte e Nordeste enfrentam maiores barreiras devido à menor disponibilidade de unidades básicas com equipe de saúde bucal, maior distância até Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e maior vulnerabilidade socioeconômica. Esse cenário contribui para diferenciais significativos na procura e na utilização de serviços, refletindo desigualdades profundas na experiência de adoecimento bucal.

A PNSB obteve avanços relevantes com a criação dos CEOs, ampliando a oferta de atenção especializada em áreas como endodontia, periodontia e cirurgia oral. Entretanto, a capacidade resolutiva desses serviços ainda é limitada. Fernandes et al. (2021) apontam que a sobrecarga de demanda, associada a entraves de regulação e fluxo assistencial, resulta em longas

filas de espera e reduz a continuidade do cuidado. Além disso, a insuficiência de profissionais especializados e a variação na qualidade da infraestrutura dificultam a consolidação dos CEOs como referência efetiva dentro da Rede de Atenção à Saúde Bucal.

Estudos adicionais reforçam que a desigualdade no acesso não decorre apenas de fatores estruturais, mas também de elementos culturais, informacionais e organizacionais. Segundo Peres et al. (2021), indivíduos com maior escolaridade procuram com mais frequência serviços preventivos e realizam consultas regulares, enquanto os de baixa renda tendem a buscar atendimento somente diante de situações emergenciais. Esse padrão reforça um ciclo de adoecimento que perpetua desigualdades e compromete os resultados da política pública.

Diante desse conjunto de evidências, observa-se que, embora o Brasil Sorridente tenha promovido importantes avanços, persistem limites estruturais, organizacionais e socioeconômicos que impedem a plena universalização e equidade da atenção em saúde bucal.

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19

A pandemia de COVID-19 produziu efeitos substanciais sobre a oferta e a utilização dos serviços odontológicos no Brasil. Entre abril e setembro de 2020, período marcado pelas medidas mais restritivas de distanciamento social, ocorreu uma redução expressiva no volume de atendimentos, sobretudo nos procedimentos eletivos. Venturin et al. (2023) identificam queda superior a 60% em procedimentos restauradores, periodontais e preventivos, ao passo que houve priorização quase exclusiva de atendimentos de urgência, alinhada às recomendações sanitárias para minimizar riscos de contaminação.

Essa interrupção prolongada agravou demandas previamente reprimidas e contribuiu para o aumento de doenças bucais não tratadas, especialmente entre grupos socialmente vulneráveis. Estudos apontam que a redução das consultas preventivas e de manutenção resultou em maior incidência de lesões cáries avançadas e doenças periodontais, além de agravar condições pré-existentes, como dor orofacial e infecções (Venturin et al., 2023).

A retomada dos serviços, segundo o Ministério da Saúde (2022), ocorreu de forma desigual entre estados e municípios. Regiões com menor infraestrutura, como o Norte e o Nordeste, apresentaram recuperação mais lenta, influenciada pela escassez de insumos, dificuldades de reorganização das equipes e menor disponibilidade de profissionais. Em contraste, municípios de médio e grande porte nas regiões Sul e Sudeste retomaram gradualmente os serviços eletivos com maior rapidez, o que reforçou desigualdades territoriais já existentes. Assim, os impactos da pandemia não apenas interromperam trajetórias de

cuidado, mas também ampliaram disparidades no acesso e na qualidade da atenção em saúde bucal.

ESTRATÉGIAS E RECOMENDAÇÕES IDENTIFICADAS NA LITERATURA

A literatura recente aponta um conjunto consistente de estratégias consideradas essenciais para reduzir desigualdades, qualificar a rede de atenção e ampliar o acesso aos serviços odontológicos:

- Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde, com equipes completas, infraestrutura adequada, planejamento territorial e incorporação de ferramentas de vigilância em saúde. Silva e Soares (2020) ressaltam que uma APS robusta é determinante para garantir acesso oportuno e continuidade do cuidado.
- Integração efetiva entre a Atenção Primária e os Centros de Especialidades Odontológicas, assegurando fluxos assistenciais bem definidos e sistemas de regulação mais eficientes. Fernandes et al. (2021) argumentam que a melhoria dos mecanismos de referência e contrarreferência pode ampliar a capacidade resolutiva da rede e reduzir tempos de espera.
- Garantia de financiamento adequado e equitativo, considerando vulnerabilidades socioeconômicas e diferenças regionais. Matta e Jorge (2021) enfatizam que a sustentabilidade das ações em saúde bucal depende de investimentos compatíveis com as necessidades epidemiológicas e estruturais dos territórios.
- Expansão de ações de promoção e prevenção, reduzindo a pressão sobre os serviços especializados e contribuindo para a diminuição de agravos bucais evitáveis. Roncalli et al. (2022) destacam que políticas preventivas bem estruturadas têm impacto direto na redução de desigualdades em saúde.
- Incorporação de tecnologias digitais, como a teleodontologia, especialmente para áreas remotas ou com baixa disponibilidade de profissionais. O Conselho Federal de Odontologia (CFO, 2024) aponta que a teleorientação e o telemonitoramento podem ampliar o acesso e apoiar o cuidado continuado, desde que integrados à rede de serviços.

Essas recomendações convergem para a necessidade de fortalecer a rede de atenção à saúde bucal, reduzindo barreiras geográficas, organizacionais e socioeconômicas, e promovendo maior equidade no acesso aos serviços.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura sobre o acesso aos serviços odontológicos no Sistema Único de Saúde, com enfoque em estudos publicados entre 2015 e 2024. A busca foi realizada nas bases SciELO, LILACS e PubMed, utilizando descritores relacionados à saúde bucal, acesso e Atenção Primária, seguindo orientações metodológicas semelhantes às descritas por Colussi et al. (2019). Também foram incluídos documentos oficiais do Ministério da Saúde, considerando sua relevância para compreender alterações recentes na Política Nacional de Saúde Bucal, conforme apontado por Matta e Jorge (2021).

Foram selecionados artigos que discutem direta e empiricamente o acesso aos serviços odontológicos no SUS. Estudos estritamente clínicos foram excluídos. As evidências foram analisadas e organizadas em categorias que contemplam desigualdades regionais, estrutura e financiamento dos serviços e impactos recentes, como a pandemia de COVID-19, tema discutido por Venturin et al. (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura indica que, embora o Brasil tenha avançado no fortalecimento da saúde bucal por meio da Política Nacional de Saúde Bucal, persistem desafios estruturais que limitam o acesso universal. Estudos mostram que desigualdades socioeconômicas e territoriais continuam determinando o uso dos serviços, como discutido por Roncalli et al. (2022), enquanto fragilidades na infraestrutura e no financiamento dificultam a resolutividade da atenção, conforme apontado por Colussi et al. (2019) e Matta e Jorge (2021).

Os impactos da pandemia agravaram essas limitações e ampliaram a demanda reprimida, segundo Venturin et al. (2023). Para fortalecer o acesso, a literatura destaca a necessidade de investimentos contínuos, aprimoramento da Atenção Primária e integração efetiva entre níveis de atenção, sustentando os princípios de universalidade e equidade previstos no SUS.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, J. L. F. et al. **Desigualdades em saúde bucal no Brasil: tendências e desafios**. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 12, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatórios de Monitoramento da Atenção Primária**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

CHAVES, S. C. L. et al. **Distribuição e oferta de serviços odontológicos no Brasil: análise regional e desigualdades**. Revista de Saúde Pública, v. 52, 2018.

CHISINI, L. A. et al. **Impacto da pandemia de COVID-19 sobre o acesso a serviços odontológicos no Brasil**. Journal of Dentistry, v. 113, 2021.

CFO – Conselho Federal de Odontologia. **Teleodontologia: diretrizes e regulamentações**. Brasília: CFO, 2024.

FERNANDES, L. S. et al. **Centros de Especialidades Odontológicas: capacidade resolutiva e desafios organizacionais**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 9, p. 3983–3994, 2021.

MATTA, G. C.; JORGE, M. S. B. **Financiamento em saúde bucal: desafios e perspectivas no SUS**. Saúde em Debate, v. 45, n. 130, p. 120–132, 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cobertura da Atenção Primária e Saúde Bucal no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

3923

NORONHA, J. C.; LIMA, A. M. **Expansão da saúde bucal na atenção primária: resultados e desafios**. Revista Brasileira de Odontologia em Saúde Pública, v. 11, n. 2, p. 45–53, 2020.

PERES, M. A. et al. **Acesso e utilização de serviços odontológicos no Brasil: desigualdades persistentes**. The Lancet Regional Health – Americas, v. 5, 2021.

PUCCA, G. A. et al. **Políticas públicas de saúde bucal no Brasil: avanços, retrocessos e perspectivas**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 10, p. 3989–4002, 2020.

RODRIGUES, M. J. et al. **Desigualdades socioeconômicas no uso de serviços odontológicos no Brasil entre 2013 e 2019**. BMC Oral Health, v. 23, 2023.

RONCALLI, A. G. et al. **Determinantes sociais do acesso e uso de serviços odontológicos no Brasil**. Community Dentistry and Oral Epidemiology, v. 50, n. 4, p. 321–330, 2022.

SILVA, A. R.; SOARES, L. F. **A importância da atenção primária para o cuidado em saúde bucal: uma análise das políticas públicas brasileiras.** Revista de Saúde Coletiva, v. 30, n. 1, p. 87–98, 2020.

VENTURIN, J. S. et al. **Redução dos atendimentos odontológicos durante a pandemia de COVID-19 no Brasil.** Brazilian Oral Research, v. 37, 2023.